

1 - Relatório Anual do Conselho de Administração

CERBRANORTE

2013



ÍNDICE

1. RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO DA COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE BRAÇO DO NORTE – CERBRANORTE.....	2
1.1 INTRODUÇÃO	2
1.1.01 - Histórico	2
1.1.02 Mensagem da Administração	3
1.1.03 Mensagem do Presidente.....	3
1.2 CENÁRIO	5
1.2.01 - Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica	5
1.2.02 - Comportamento do Mercado.....	6
1.2.03 - Distribuição Direta por Classe de Consumo	6
1.2.04 – Receita.....	7
1.2.05 - Número de Consumidores	8
1.2.06 – Tarifas.....	9
1.2.07 - Qualidade do Fornecimento.....	10
1.2.08 - Atendimento ao Consumidor	11
1.2.09 - Tecnologia da Informação.....	11
1.2.10 - Desempenho Econômico-Financeiro	11
1.2.11 – Investimentos	12
1.2.12 - Captações de Recursos.....	13
1.2.13 - Valor Adicionado	13
1.2.14 - Relações com o Mercado	14
1.3 – GESTÃO	15
1.3.01 - A CERBRANORTE em Números.....	16
1.4 - BALANÇO SOCIAL	18
1.4.01 - Recursos Humanos	18
1.4.02 - Responsabilidade Social	18
1.4.03 – CIPA	18
1.4.04 - Programa de Estagiários	19
1.4.05 – Balanço Social.....	19
1.5 - AGRADECIMENTOS	20
2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E N.E. SOCIETÁRIAS	21
3. PARECER DO CONSELHO FISCAL DA CERBRANORTE	55
4. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	56

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO DA COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE BRAÇO DO NORTE – CERBRANORTE

1.1 INTRODUÇÃO

1.1.01 - Histórico

No início da década de 30, Braço do Norte, que ainda se chamava Calaçópolis, vivia no escuro. Com a iniciativa de dois grandes homens, Teodoro Bernardo Schlickmann e Augusto Witthinrich, surgiu uma sociedade chamada Força e Luz Braço do Norte. A partir daí começou a construção da primeira usina de barragem e canalização do Rio Glória. Com um gerador e uma turbina com capacidade de 30 KVA, a usina começou a gerar energia no dia 27 de outubro de 1930.

Com o passar dos anos e com o crescimento da região, Teodoro Bernardo Schlickmann iniciou pesquisas a fim de transferir a usina para o rio Braço do Norte, na localidade da Represa. Constatada a possibilidade, iniciaram a construção e compraram uma turbina de succção para 100 cavalos, com dinamo de 125KVA. A nova usina, que serviria Braço do Norte até 5 de agosto de 1965, foi inaugurada no dia 6 de fevereiro de 1950.

A usina passou a ser administrada pela prefeitura municipal no início dos anos 60, que incentivou, por motivos legais, a criação de uma sociedade cooperativista. No dia 2 de fevereiro de 1962, reuniram-se, na Câmara Municipal de Braço do Norte, 42 pessoas do comércio, indústria e funcionários públicos, para construir a Sociedade Cooperativa de Eletrificação, regida pela Lei N°22.239 de 19 de dezembro de 1932 e decreto N°3.410 de 19 de dezembro de 1945. O prefeito na época, Dorvalino Locks, foi aclamado para dirigir os trabalhos de preparação, com Bernardo Wiggers como secretário.

O presidente então mandou elaborar a lista nominativa das cotas para formação do capital, com o investimento mínimo de CR\$ 100 mil. Para mostrar clareza, todos os presentes assinaram o estatuto social como fundadores. E assim nasceu a Sociedade Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte que, após a conclusão da linha de transmissão e construção da subestação em Gravatal, foi inaugurada no dia 5 de agosto de 1965. Iniciou aí um grande salto no crescimento do município. A energia elétrica era fornecida pela Cia Siderúrgica Nacional, localizada em Capivari de Baixo.

Em meio às dificuldades e frequentes defeitos na rede de transmissão, o presidente Dorvalino Locks seguia seu trabalho buscando crescimento e melhorias. Após inúmeras conquistas, a Cerbranorte passou a atender também o município de Rio Fortuna, já sob a administração de Luiz Kuerten, o Tilico.

Atualmente, 06 municípios da Região do Vale de Braço do Norte (SC) têm áreas de atendimento feito pela CERBRANORTE. Um total de 19.047 associados contam com a Cooperativa para o desenvolvimento de suas atividades.

Toda essa trajetória contribuiu para o comprometimento, desenvolvimento, transparência e participação, princípios norteadores dessa “empresa familiar”, que têm como objetivo principal, distribuir energia elétrica aos seus associados e consumidores com excelência em serviços.

1.1.02 Mensagem da Administração

Senhoras e Senhores Associados,

Determinações legais e estatutárias orientam a submeter à apreciação o relatório das atividades do exercício de 2013.

Este deve vir acompanhado das demonstrações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, comparadas ao período de 2012, acompanhadas de parecer do conselho fiscal e auditores independentes, acrescida do balanço social.

A Demonstração do Fluxo de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado – DVA são importantes instrumentos para divulgar o desempenho da Cerbranorte para a sociedade, associados e consumidores.

O demonstrativo das sobras apuradas no exercício, acompanhadas de proposta de destinação pelo conselho de administração, comporá finalmente, os demonstrativos para publicação e para deliberação da assembleia geral ordinária que aprovou as informações contábeis referentes ao exercício de 2013.

Cumprimos as determinações específicas de Demonstração de Resultado, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, as quais são compatíveis com os princípios fundamentais de contabilidade e determinados a todas as Empresas Concessionárias e Permissionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, apesar de sermos uma Sociedade Cooperativa.

1.1.03 Mensagem do Presidente

A cada dia que passa surgem novos desafios, que consequentemente nos obrigam a ter novos propósitos, novas ideias. Com a assinatura do Contrato de Permissão (novembro/2008) e o consequente ingresso da CERBRANORTE no Mercado Regulado, passamos a trabalhar em um sistema, por nós até então desconhecido, repleto de procedimentos e obrigações. Exigências estas oriundas das Resoluções Normativas, Contratos, Leis, Decretos aos quais tivemos que nos adequar, aperfeiçoando nossa prestação de contas, atendimento ao público, qualificação profissional e demais serviços relacionados à distribuição de energia elétrica, sempre visando à agilidade, a qualidade, a satisfação, o respeito e a transparência aos nossos associados.

Diante de tantas mudanças, ao findar 2013, lembramos que nossa trajetória começou com a iniciativa de dois homens, os Srs. **Theodoro Bernardo Schlickmann e Augusto Withenrich** e o surgimento da sociedade chamada Força e Luz Braço do Norte.

O crescimento veio e novos pedidos de fornecimento passaram a ocorrer naturalmente, beneficiando outras propriedades e famílias localizadas em Braço do Norte.

Aos 42 sócios iniciais da cooperativa, foram surgindo, dia-a-dia, novas adesões. Passamos a acompanhar e incentivar esse desenvolvimento, projetando investimentos para suprir essas necessidades, como exemplo a nossa subestação que está contratada e deverá estar garantindo nosso fornecimento para os próximos anos.

Adquirindo também novos equipamentos, assegurando agilidade e confiabilidade aos colaboradores internos de modo a satisfazer os associados, de todas as classes, entre residências, indústrias, comércio, propriedades rurais e poder público.

Hoje, temos certeza que nossa missão apenas está começando, uma vez que nossa visão não pode ser menor do que tudo que já ocorreu, pois os valores agregados ao longo dos anos nos credenciam a novas oportunidades. A energia elétrica que distribuímos deixou de ser simplesmente uma fonte de iluminação para o homem do campo e da cidade e passou a ser oportunidade, desenvolvimento e rentabilidade.

Salientamos que, mesmo com diversos encargos e investimentos necessários ao novo cenário (Regulado), não houve nenhum prejuízo ao atendimento do consumidor e, muito menos, na qualidade da prestação de nosso serviço. Tal fator nos traz orgulho e ânimo para os desafios que nos aguardam no futuro.

Aproveito à oportunidade para agradecer a todos ligados à CERBRANORTE, Senhores Associados, Colaboradores, Órgãos Públicos, Fornecedores, Empresas Terceirizadas e Consumidores, pelo apoio, pela confiança, pela dedicação, e desejar que juntos, possamos manter sempre uma parceria de sucesso, tornando essa Cooperativa uma família ainda mais unida, forte e participativa.

Finalizo, agradecendo a DEUS, que sempre nos direciona ao caminho do bem e é nosso fiel protetor.

1.2 CENÁRIO

A Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte - Cerbranorte continua sua atuação no segmento de distribuição de energia elétrica, utilizando conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo desses mais de 51 anos de existência, para melhorar a qualidade no atendimento aos usuários conectados ao nosso sistema de distribuição.

Em 28 de novembro de 2008 a Cerbranorte assinou o contrato com a ANEEL, de nº 025/2008, onde adquiriu o status de permissionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica. A área de permissão está situada nos Municípios de Armazém, Braço do Norte, Grão Pará, Gravatal, Rio Fortuna e Santa Rosa de Lima com um total de 521,96 Km2.

O planejamento de ampliação e recuperação do sistema elétrico continua sendo predominante na permissionária, para melhorar ainda mais a qualidade e garantir o fornecimento aos associados e consumidores.

As atividades apresentadas no balanço social demonstram o comprometimento e o caráter de empresa cidadã, com envolvimento nas principais atividades desenvolvidas nos municípios de sua área de permissão.

A administração constantemente melhora as condições de fornecimento e atendimento social ao grupo de associados e consumidores, com tarifas isonômicas, de forma a promover o desenvolvimento econômico às diversas classes de consumo.

A CERBRANORTE obteve a certificação atendendo a Norma **NBR ISO 9001:2008**, referente à aplicação de coleta de dados para apuração de indicadores de continuidade individuais e coletivos na distribuição de energia elétrica, e tratamento de reclamações de clientes, em atendimento à Resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 414/2010. O referido processo de Certificação esta sendo conduzido pela Brtuv Avaliações da Qualidade S/A.

Enfim, seguimos nossa política de qualidade, que busca a melhoria continua através da capacitação e treinamento dos nossos colaboradores, para atender os requisitos regulamentares do cliente e expectativas dos associados, bem como, as demais partes interessadas na área de Distribuição de Energia Elétrica.

1.2.01 - Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica

A CERBRANORTE distribui energia elétrica à 14.961 consumidores, de 6 municípios dos 295 de Santa Catarina, com predominância nos municípios de Braço do Norte e Rio Fortuna.

Atualmente não atendemos a nenhum Consumidor que já detenha o Status de “Consumidor Livre”.

1.2.02 - Comportamento do Mercado

A CERBRANORTE não possui geração de energia. Toda energia comercializada é obtida através da aquisição do suprimento da CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina) e participação do Programa Governamental PROINFA.

	Balanço Energético em GWh	
	2013	2012
Geração própria	0	0
CELESC	122,04	117,91
PROINFA	2,09	2,42
Total	124,13	120,33
Disponibilidade		
Consumidores - distribuição	112,54	106,82
Direta		
Consumidores livres	0	0
Concessionárias	0	0
Energia Contratual	0	0
Energia de curto prazo	0	0
Fornecimento e suprimento	112,54	106,82
Perdas e diferenças	9,34%	11,23%

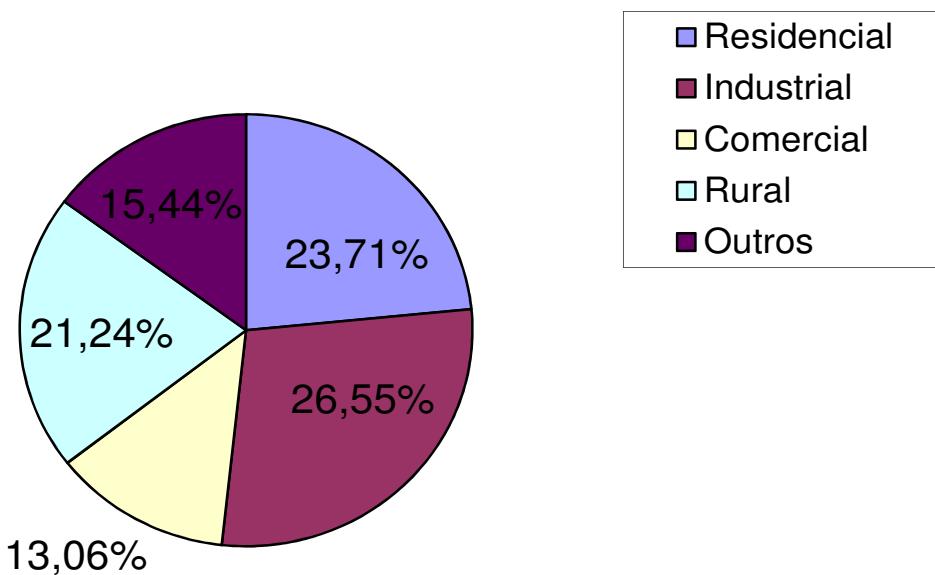
1.2.03 - Distribuição Direta por Classe de Consumo

O consumo de energia elétrica em nossa área de permissão no ano 2013 foi de 112,54 Giga watts-hora, apresentando aumento de 5,35% em relação a 2012. O segmento do mercado que mais contribuiu para esse resultado foi a classe industrial. Esta classe teve um aumento de 12,27%, impulsionada pelo incremento na construção civil em nossa área de atuação, além do aumento de demanda nas indústrias de Braço do Norte.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Consumo por classe de consumidores - em GWh

Classe	2013	2012	%
Residencial	26,37	25,33	4,11
Industrial	31,84	28,36	12,27
Comercial	14,35	13,95	2,87
Rural	23,28	22,69	2,60
Outros	16,70	16,49	1,27
Total	112,54	106,82	5,35

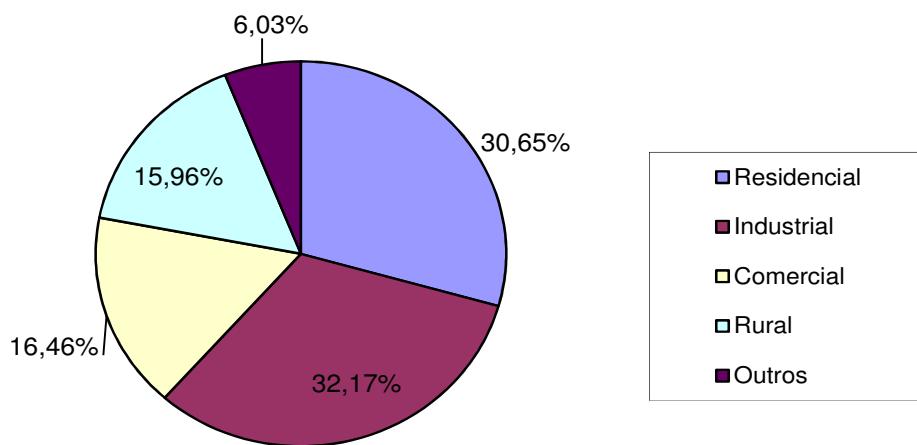


1.2.04 – Receita

A receita bruta decorrente do fornecimento de energia elétrica faturada no exercício importou em R\$ 32.785 mil, conforme quadro a seguir:

Receita Bruta em R\$ mil

Classe	2013	2012	%
Residencial	9.635	9.818	(1,86)
Industrial	10.545	9.587	10,00
Comercial	5.396	5.469	(1,33)
Rural	5.233	5.348	(2,16)
Outros	1.976	1.813	8,98
Total	32.785	32.035	2,34



1.2.05 - Número de Consumidores

O número de consumidores associados faturados em dezembro de 2013 apresentou um crescimento de 3,89 % sobre o ano anterior, demonstrado no quadro a seguir:

Classe	Número de consumidores		
	2013	2012	%
Residencial	9.659	9.292	3,95
Industrial	751	557	34,83
Comercial	1456	1399	4,07
Rural	2948	3003	-1,83
Outros	147	149	-1,34
Total	14.961	14.400	3,90

1.2.06 – Tarifas

A tarifa de energia elétrica é o preço regulado pela ANEEL que deve ser pago pelos consumidores finais como contrapartida pelo acesso à energia elétrica fornecida pela Distribuidora.

No Brasil as tarifas de energia elétrica são do tipo “Price Cap” (Tarifa pelo preço). Nesse regime regulatório o órgão regulador estabelece o preço a ser praticado para cada área de concessão ou permissão, conforme características específicas também de cada área de concessão ou permissão.

O conjunto das tarifas aplicadas aos consumidores finais por classe de consumo, no mercado da permissionária, forma a receita requerida, necessária ao equilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão ou permissão.

1.2.06.01 - TARIFAS MÉDIAS

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica, em dezembro de 2013, atingiu R\$ 291,33/MWh, com uma redução de 4,32 % com relação a dezembro de 2012.

OBS: Os valores abaixo demonstrados estão expressos em (Reais/mil).

Classe	Tarifa média de Fornecimento
	em R\$/MWh
Residencial	365,38
Industrial	331,23
Comercial	376,13
Rural	224,79
Poderes Publicos	356,55
Outros	97,91

1.2.06.02 - ABERTURA DAS TARIFAS POR CLASSE

As tarifas de energia elétrica devem proporcionar o equilíbrio econômico financeiro calculado pelo órgão regulador. Sendo assim, cobrirão os custos não gerenciáveis ou Parcela “A” (suprimento, encargos setoriais e impostos) e os custos gerenciáveis ou Parcela “B” (operação e manutenção de redes de distribuição de energia elétrica).

Composição da Tarifa		Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poder	Outros	Valores em R\$ mil
Custos não gerenciáveis	Tarifa aplicada	9.635,20	10.545,47	5.396,01	5.232,61	468,87	1.506,85	
	(-) Impostos	1.740,41	2.636,34	1.348,96	1.015,10	75,78	306,71	
	PIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	COFINS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	ICMS	1.740,41	2.636,34	1.348,96	1.015,10	75,78	306,71	
	(-) Encargos Setoriais	328,07	396,09	178,48	289,61	16,36	191,47	
	Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	CCC	84,46	101,97	45,95	74,56	4,21	49,29	
	RGR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	P&D/PEE	68,89	83,17	37,48	60,81	3,44	40,21	
	Adicional de CCC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	CDE	174,72	210,95	95,05	154,24	8,71	101,97	
	(-) Custo da energia	3.184,17	3.844,31	1.732,28	2.810,81	158,79	1.858,34	
	Energia	2.609,89	3.150,96	1.419,85	2.303,86	130,15	1.523,18	
	PROINFA	116,63	140,80	63,45	102,95	5,82	68,06	
	TUSD	457,66	552,54	248,98	404,00	22,82	267,10	
	(=) Residual (Custos gerenciáveis)	4.382,54	3.668,72	2.136,29	1.117,09	217,94	-849,67	

Valores em R\$ mil				
Parcela	Em 2013	Em 2012	Variação	
Parcela A	67% 	22.112,09	69% 	22.266,36 -1%
Parcela B	33% 	10.672,91	31% 	9.930,77 7%
Tarifa Aplicada	100% 	32.785,00	100% 	32.197,13 2%

1.2.07 - Qualidade do Fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor).

A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (horas)	FEC (interrupções)	Tempo de espera (horas)
2013	9,07	12,45	0,16

1.2.08 - Atendimento ao Consumidor

No exercício de 2013 a CERBRANORTE passou a atender as unidades consumidoras rurais com ligações monofásicas ou bifásicas nos termos do art. 10 da resolução normativa nº 488/2012, instalando gratuitamente o padrão de entrada, bem como o kit de instalação interna e o ramal de conexão. Deu continuidade ao programa de recuperação do sistema de distribuição que se encontra em plena atividade, atendendo totalmente a demanda de associados e consumidores de todas as classes, em nossa área de permissão.

1.2.09 - Tecnologia da Informação

Os negócios de uma permissionária de energia dependem substancialmente de soluções adequadas de tecnologia da informação, que dá suporte a praticamente tudo o que a permissionária faz, mediante sistemas de informação (software), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura). Seguindo o processo de modernização dos últimos anos, a CERBRANORTE segue na atualização de seu sistema comercial e de gestão interna, contando com novas ferramentas de banco de dados e métodos mais aprimorados. Conta também com equipamentos mais modernos, como sensores infravermelhos para identificar danos nas redes elétricas, fazendo assim uma manutenção preventiva de seus equipamentos. Em 2013 foram instalados também reléadores automatizados, conectados 24 horas por dia com o Centro de Operações, podendo ser manobrados remotamente, diminuindo assim o tempo de atendimento a ocorrências e a falta de energia. Foi desenvolvido um novo site para a Empresa, agilizando o acesso dos consumidores a serviços on-line, como emissão de segundas vias e comunicação dos mesmos com a Cerbranorte.

A Empresa continua investindo no aumento de tecnologia, para melhoria da qualidade de energia distribuída. Também está investindo fortemente em sistemas computacionais e treinamento de pessoal, cumprindo assim com as exigências do órgão Regulador e melhorando a agilidade e qualidade dos serviços prestados, em busca de maior satisfação dos associados.

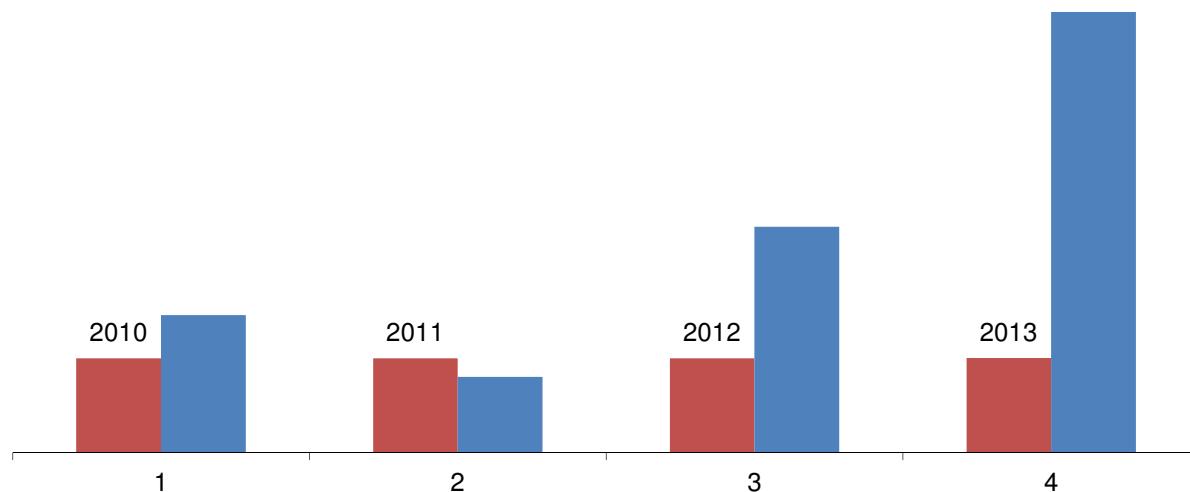
1.2.10 - Desempenho Econômico-Financeiro

Em 2013, as sobras líquidas a disposição para deliberação da assembleia foram de R\$ 1.090 mil, comparado com as R\$ 228 mil 2012, houve uma aumento de R\$ 862 mil, representando um aumento de 378%, tal fato se dá pelos seguintes fatores, a) Redução dos Encargos Setoriais; b) Aumento na receita de fornecimento de energia elétrica; c) Reconhecimento do valor financeiro da postergação da revisão tarifária de 2012 d) Reconhecimento das receitas de neutralidade da parcela A referentes a revisão tarifária.

As despesas operacionais totalizaram em 2013 R\$ 5.826 contra R\$ 3.584 mil em 2012, 62,55% maiores em relação ao exercício anterior. O resultante do aumento dos custos operacionais foi em função do aumento na receita que tem relação direta com os custos operacionais. A Aneel aprovou, através da Nota Técnica nº 351/2013-SER/ANELL no item nº 27, o reconhecimento das despesas com a implantação do Manual de Controle Patrimonial do Setor elétrico. Essa despesa deverá ser recuperada via tarifa e também foi um dos pontos de destaque para o aumento das despesas operacionais. E finalmente o item mais representativo dentre todos foi a anulação dos ativos e passivos regulatórios, que conforme determinação da ICPC 01, devem compor as despesas e receitas operacionais na contabilidade societária.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 9.384,36 Mil, superior em 94,91% a 2012, que foi de R\$ 4.814,82 Mil, conforme variação abaixo:

EBITDA OU LAJIDA - Legislação Societária



1.2.11 – Investimentos

Em 2013, os investimentos da Cooperativa, importaram em R\$ 4.387 mil, (182)% superiores a 2012, conforme a seguir:

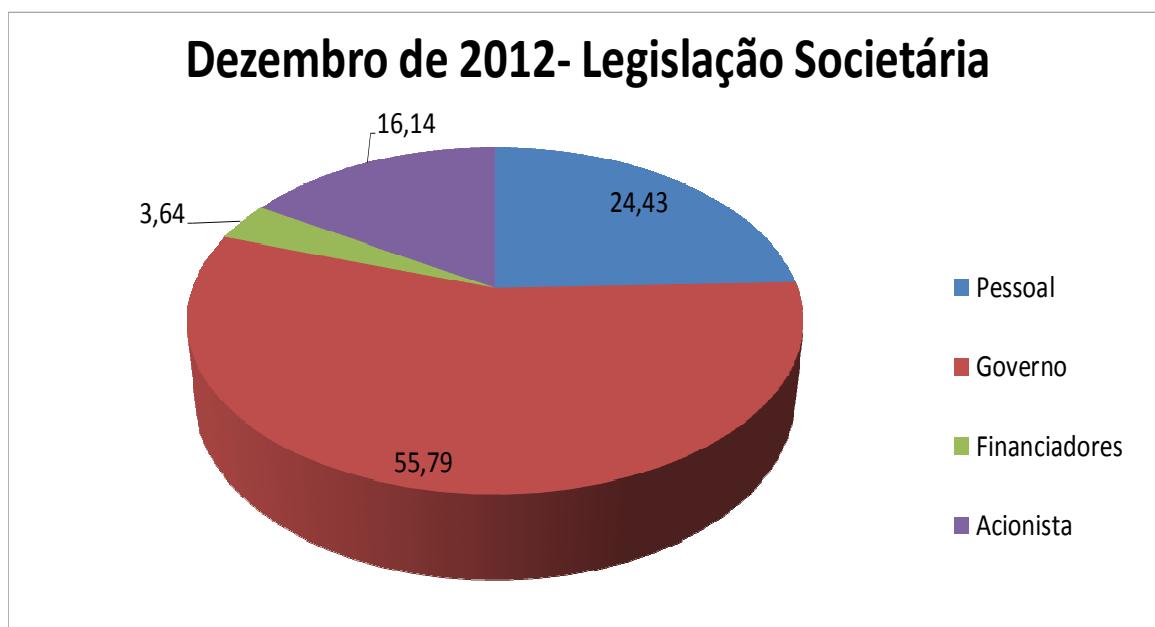
	Investimentos - R\$ mil		
	2013	2012	%
Obras de Transmissão	0	0	-
Obras de Distribuição	4.387	1.553	182,51
Obras	5	12	(59,08)
Ligações e Medições	3.994	1.418	181,68
Veículos	336	42	700,00
Equipamento Geral	52	45	16,14
Instalações Gerais	0	0	-
Edificações	0	36	-
Total	4.387	1.553	182,51

1.2.12 - Captações de Recursos

Os investimentos de 2013 foram realizados em sua grande maioria com recursos próprios. Sendo que apenas um caminhão de uso da distribuição foi adquirido com recursos de terceiros. Para 2014 a CERBRANORTE irá começar a construção de uma subestação que será financiada também com recursos de terceiros.

1.2.13 - Valor Adicionado

Em 2013, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela CERBRANORTE foi de R\$ 17.284,15 (Reais/mil), representando 41,53% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:



Composição Acionária: Em 31 de dezembro de 2013, o Capital Social da CERBRANORTE era de R\$ 2.581 (Reais/mil), composto por 476.175 cotas, assim distribuídas:

Antonio Jose da Silva	25	0,0053
Manoel da Silva	25	0,0053
Irio Luiz Volpato	25	0,0053
Juliano Kuerten Costa	25	0,0053
Jacinto Della Giustina	25	0,0053
Zeno Wiggers	25	0,0053
Laudir Vieira da Luz	25	0,0053
Demais Associados	476.000	99,9632
T O T A L	476.175	100,00

1.2.14 - Relações com o Mercado

A permissionária mantém a disposição dos seus associados, serviço de atendimento instalado na sede social, situado à Rua Jorge Lacerda, 1761, Centro Braço do Norte – SC e filial à Rua Sete de Setembro, 1220 Centro de Rio Fortuna – SC.

Os mesmos serviços estão disponíveis também pelos telefones: 0800-6432499 (48) 3658-2499 e (48) 3653-1129, com atendimento 24 horas.

O sitio oficial da Cerbranorte no endereço, www.cerbranorte.com.br disponibiliza todas as informações de cadastro e consumo, bem como um canal aberto para comunicação entre a cooperativa e seus associados.

Em 2013 a permissionária investiu R\$ 17 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, de modo a manter a permissionária a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial e oferecer aos empregados, oportunidade de desenvolvimento de suas habilidades e potenciais.

Como resultado do contínuo investimento tecnológico, da política de treinamento de seu quadro técnico funcional e da nova realidade da Cerbranorte perante as exigências da Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica, o quadro de empregados da permissionária apresentou aumento de oito colaboradores.

1.3 – GESTÃO

O planejamento empresarial elaborado pela permissionária vem obtendo êxito em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico.

Os rumos da permissionária são definidos com base no moderno conceito de planejamento por meio de cenários alternativos.

Essa concepção de planejamento proporcionou o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial da unidade e, ao mesmo tempo, criou um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação às mudanças ambientais.

Tendências identificadas, juntamente com os resultados dos cenários empresariais, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das unidades de negócios para os horizontes de curto e médio prazo.

1.3.01 - A CERBRANORTE em Números

1.3.01.01 - Atendimento	2013	2012	%
Número de consumidores	14.961	14.400	3,75
Número de empregados	90	82	8,89
Número de consumidores por empregado	166	176	-5,64
Número de localidades atendidas	6	6	0,00
Número de agências	0	0	0,00
Número de postos de atendimento	2	2	0,00
Número de postos de arrecadação	0	0	0,00

1.3.01.02 - Mercado

Área de concessão (Km ²)	510,22	510,22	0,00
Geração própria (GWh)	0	0	0,00
Demanda máxima (MWh/h)	25,54	23,86	6,58
Distribuição direta (GWh)	112.540	106.822	5,08
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	291,33	303,93	-4,32
Total			
Residencial	365,38	387,68	-6,10
Comercial	331,23	347,53	-4,92
Industrial	376,13	391,94	-4,20
Rural	224,79	235,67	-4,84
Suprimento	27,50	16,97	38,29
DEC (horas)	9,07	12,23	-34,84
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	33	33	0,00
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	11	11	0,00
FEC (número de interrupções)	12,45	12,87	-3,37
Número de reclamações por 1.000 consumidores	2,70	2,88	-6,67

1.3.01.03 - Operacionais	2013	2012	%
Número de usinas em operação	0	0	0
Número de subestações	0	0	0
Linhos de transmissão (Km)	0	0	0
Linhos de distribuição (Km)	1344	1313	2,36
Capacidade instalada (MW)	77	76	1,32
1.3.01.04 - Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	41.394	35.139	17,80
Receita operacional líquida (R\$ mil)	32.869	25.269	30,08
Margem operacional do serviço líquida (%)	1,26	1,39	(9,44)
EBITDA OU LAJIDA	9.384	4.814,82	94,91
Lucro líquido (R\$ mil)	2.865	1.223	134,26
Lucro líquido por mil cotas	3	1,22	134,26
Patrimônio líquido (R\$ mil)	12.765	27.523	(53,62)
Valor patrimonial por cota R\$	1	1	0
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	22,44	4,44	405,41
1.3.01.05 - Endividamento do patrimônio líquido (%)	57,60%	21,52%	167,66
Em moeda nacional (%)	57,60%	21,52%	167,66
Em moeda estrangeira (%)	0,00%	0,00%	0,00

1.3.01.06 - INDICADORES DE PERFORMANCE

	2013	2012
Salário Médio dos Funcionários (Reais/mil)	2,01	2,45
Energia Gerada / Comprada por Funcionário (MWh)	1.333	1.438
Energia Gerada / Comprada por Consumidor (MWh)	8,02	8,19
Retorno de Ativos por Unidade:	24,20%	11,96%

1.4 - BALANÇO SOCIAL

1.4.01 - Recursos Humanos

Em 2013, a Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte – CERBRANORTE realizou para aos seus colaboradores: palestras, cursos e seminários, de acordo a especificidade de cada área. Ajudou também ensinos: fundamental, médio, profissionalizante e superior, diretamente ligados às atividades afins e, também, cursos de reciclagem conforme Norma Regulamentadora nº 10.

1.4.02 - Responsabilidade Social

Responsabilidade social para a permissionária é comprometer-se com um conjunto de políticas, programas e práticas que ultrapassem as exigências éticas e legais no que tange à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento econômico, social e cultural da comunidade onde opera e da sociedade como um todo.

A CERBRANORTE sempre busca colaborar com a comunidade, através de patrocínios às escolas e associações comunitárias. No ano de 2013 desenvolveu um projeto social nas escolas, onde o objetivo do trabalho foi divulgar o cooperativismo através de um programa chamado COOPERJOVEM. Também auxiliou ao município de Braço do Norte – SC com os preparativos para o Natal, através da instalação da iluminação e decoração: nas igrejas, nas praças e nas principais ruas, onde a população pode fazer visitação e assistir shows natalinos.

1.4.03 – CIPA

Os membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA realizam reuniões mensais tendo como objetivos cumprir a Norma Regulamentadora Nº 05, abordando assuntos como: identificação dos riscos para cada função existente, fiscalização do uso, pelos colaboradores dos equipamentos de proteção; e, divulgação de informações sobre a prevenção de acidentes no trabalho. Tal abordagem tem também como objetivo solucionar os problemas de segurança e saúde.

1.4.04 - Programa de Estagiários

Mediante convênio com algumas instituições de ensino, a permissionária oferece oportunidade de estágio que realizam a complementação de ensino. Em 2013, o programa de estágio da cooperativa contemplou 1(um) estagiário.

1.4.05 – Balanço Social

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2013 e 2012 Balanço Social

(Valores expressos em milhares de reais)

1 Base de Cálculo	2013			2012		
Receita Líquida (RL)	32.869,06			26.482,09		
Resultado Operacional (RO)	3.076,91			1.344,55		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	4.998,23			4.810,92		
2 Indicadores Sociais Internos	Valor (R\$/mil)	% S/FPB	% S/RL	Valor (R\$/mil)	% S/FPB	% S/RL
Encargos Sociais Compulsórios	1.193,46	23,88%	3,63%	1.207,32	25,10%	4,56%
Saúde - Convênio Assist. Médica e Farmácia	106,02	2,12%	0,32%	102,13	2,12%	0,39%
Alimentação	514,68	10,30%	1,57%	390,64	8,12%	1,48%
Outros - Seguros	29,02	0,58%	0,09%	20,74	0,43%	0,08%
Total - Indicadores Laborais	1.843,17	36,88%	5,61%	1.720,83	35,77%	6,50%
3 Indicadores Sociais Externos	Valor (R\$/mil)	% S/RO	% S/RL	Valor (R\$/mil)	% S/RO	% S/RL
Tributos (excluídos encargos sociais)	8.559,28	278,18%	26,04%	9.878,13	734,68%	37,30%
Total - Indicadores Sociais	8.559,28	278,18%	26,04%	9.878,13	734,68%	37,30%
4 Indicadores do Corpo Funcional	Em Unidades			Em Unidades		
Empregados ao final do período	90			82		
Admissões durante o período	13			8		
Demissões durante o período	5			6		
Empregados acima de 45 anos	27			30		
Mulheres que trabalham na empresa	14			13		
5 Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania						
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	8,7			8,1		
Número total de acidentes de trabalho	4			4		

1.5 - AGRADECIMENTOS

A diretoria composta pelos membros do conselho de administração e do conselho fiscal, efetivos e suplentes, que participaram da gestão representando os associados nos debate das questões de maior interesse da Cerbranorte.

Ao quadro funcional, que desenvolveu suas atividades contribuindo para o cumprimento da missão da permissionária.

E aos associados que participaram das assembleias apresentando sugestões e contribuindo com o crescimento da cooperativa, garantindo a participação cooperativa.

Braço do Norte, 31 de dezembro de 2013.

A Administração.

2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E N.E. SOCIETÁRIAS



Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2013 e 2012

I - Balanço Patrimonial

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	NE	2013	2012
<u>Circulante</u>		<u>8.101,60</u>	<u>7.108,33</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	876,98	1.102,69
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	7	4.843,58	5.303,21
(-) Provisão p/Créditos de Liquidação Duvidosa	8	(425,26)	(697,34)
Impostos e Contribuições Sociais	10	88,52	64,31
Estoques	11	223,88	132,31
Despesas Pagas Antecipadamente	12	22,42	16,75
Outros Créditos	9	2.471,48	1.186,40
<u>Não Circulante</u>		<u>12.016,56</u>	<u>26.499,05</u>
<u>Realizável a Longo Prazo</u>		<u>3.426,57</u>	<u>2.421,56</u>
Ativo Indenizável (Permissão)	13	3.292,91	2.359,86
Impostos e Contribuições Sociais	10	67,68	44,33
Outros Créditos	9	65,98	17,37
Investimentos	14	43,71	16.675,14
Imobilizado	15	769,78	461,31
Intangível	16	7.776,50	6.941,04
TOTAL DO ATIVO		<u>20.118,16</u>	<u>33.607,38</u>
PASSIVO	NE	2013	2012
<u>Circulante</u>		<u>6.146,96</u>	<u>5.015,16</u>
Empréstimos e Financiamentos	17	135,58	39,29
Fornecedores	18	3.103,63	1.874,52
Impostos e Contribuições Sociais	10	532,91	1.416,62
Folha de Pagamentos e Provisões Trabalhistas	19	787,92	674,26
Encargos do Consumidor a Recolher	20	31,48	182,79
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	21	639,88	400,09
Provisão para Contingências	22	240,76	195,00
Outras Contas a Pagar	23	674,80	232,59
<u>Não Circulante</u>		<u>1.206,11</u>	<u>1.068,89</u>
Empréstimos e Financiamentos	17	305,60	168,38
Provisão para Contingências	22	364,35	364,35
Outras Contas a Pagar	23	536,16	536,16
<u>Patrimônio Líquido</u>	24	<u>12.765,09</u>	<u>27.523,33</u>
<u>Capital Social</u>		<u>2.581,25</u>	<u>2.649,57</u>
<u>Reserva de Capital</u>		<u>726,46</u>	<u>726,46</u>
<u>Reserva de Reavaliação e Ajuste Patrimonial</u>		<u>817,13</u>	<u>817,13</u>
<u>Reservas de Sobras</u>		<u>7.550,14</u>	<u>23.101,73</u>
<u>Reservas Estatutárias</u>		<u>7.550,14</u>	<u>23.101,73</u>
<u>Sobras ou Perdas Acumuladas</u>		<u>1.090,11</u>	<u>228,44</u>
Sobras a Disposição da AG		1.090,11	228,44
TOTAL DO PASSIVO		<u>20.118,16</u>	<u>33.607,38</u>

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2013 e 2012

II - Demonstração do Resultado do Exercício

(Valores expressos em milhares de reais)

	NE	2013	2012
Receita Operacional	26	41.394,10	36.353,67
Fornecimento de Energia Elétrica		18.729,03	14.648,66
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica		16.506,71	17.228,56
Receita de Construção		3.741,96	2.240,76
Outras Receitas Operacionais		2.416,40	2.235,69
(-) Deduções da Receita Operacional	27	8.525,04	9.871,58
Tributos Sobre a Receita		7.124,96	6.992,84
Encargos Setoriais		1.400,08	2.878,74
(=) Receita Operacional Líquida	28	32.869,06	26.482,09
(-) Custo do Serviço de Energia Elétrica	29	23.965,59	21.553,44
Energia Comprada para Revenda		13.588,69	12.395,82
Custo de Operação		6.567,86	6.896,64
Custo de Construção		3.741,96	2.240,76
Custo dos Outros Serviços Prestados		67,08	20,22
(=) Resultado Operacional Bruto		8.903,47	4.928,65
(-) Despesas Operacionais		5.826,56	3.584,10
Despesas com Vendas	29	-226,31	215,52
Despesas Gerais e Administrativas	29	3.105,91	2.250,35
Outras Receitas e Despesas Líquidas	29	2.946,96	1.118,23
(=) Resultado do Serviço		3.076,91	1.344,55
(+) Resultado Financeiro	30	-177,58	-114,99
Receitas Financeiras		468,29	337,63
(-) Despesas Financeiras		645,87	452,62
(=) Resultado Líquido Antes do IRPJ e da CSLL		2.899,33	1.229,56
(-) IRPJ	33	21,40	4,09
(-) CSLL	33	12,84	2,46
(=) Resultado Líquido do Exercício		2.865,09	1.223,01

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2013 e 2012

III - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Valores expressos em milhares de reais)

Mutações	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação e Ajuste Patrimonial	Reserva Legal	RATES	Reserva de Expansão Manut. Sist. Distribuição	Reserva de Investimento e Ampliações	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
Saldo em 31/12/2011	2.497,77	726,46	3.851,82	2.630,86	692,93	2.520,45	16.271,02	288,09	29.479,40
Aumento de Capital:									
- Por Integralização de Quotas	22,71	-	-	-	-	-	-	-	22,71
- Por Incorporação de Sobras (AGO)	129,09	-	-	-	-	-	-	-129,09	0,00
Destinação do Resultado - AGO									
- Liquidiação de Créditos Incobráveis	-	-	-	-	-	-	-	-159,00	-159,00
Reversão de Reservas									
- Por Disposição Legal	-	-	-3.034,69	-	-	-	-	-	-3.034,69
Por Disposição Estatutária	-	-	-	-	-8,10	-	-	-	-8,10
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.223,01	1.223,01
Destinações Estatutárias	-	-	-	122,30	260,77	611,50	-	-994,57	0,00
Saldo em 31/12/2012	2.649,57	726,46	817,13	2.753,16	945,60	3.131,95	16.271,02	228,44	27.523,33
Aumento de Capital:									
- Por Integralização de Quotas	23,77	-	-	-	-	-	-	-	23,77
Efeito Desmembramento de Sociedade	-92,09	-	-	-1.375,13	-341,83	-	-15.573,73	-	-17.382,78
Destinação do Resultado - AGO	-	-	-	-	-	-	228,43	-228,43	0,00
Reversão de Reservas									
- Por Disposição Estatutária	-	-	-	-	-264,31	-125,28	-	125,27	-264,32
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	2.865,09	2.865,09
Destinações Estatutárias	-	-	-	275,67	246,25	1.378,34	-	-1.900,26	0,00
Saldo em 31/12/2013	2.581,25	726,46	817,13	1.653,70	585,71	4.385,01	925,72	1.090,11	12.765,09

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2013 e 2012

IV - Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Valores expressos em milhares de reais)

	2013	2012
Atividades Operacionais		
Sobra Líquida do Exercício	2.865,09	1.223,01
Despesas (Receitas) que Não Afetam o Caixa:	3.091,95	5.556,74
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-272,08	165,57
Depreciação e Amortização	691,46	805,67
Baixas do Intangível	2.540,43	4.585,50
Baixas do Imobilizado	132,14	0,00
Variações no Ativo	1.951,91	1.427,11
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-459,63	606,02
Impostos e Contribuições Sociais	47,56	-29,48
Estoque	91,57	31,83
Despesas Pagas Antecipadamente	5,67	2,75
Ativo Financeiro da Concessão	933,05	2.359,86
Outros Realizáveis	1.333,69	-1.543,87
Variações no Passivo	1.035,51	-182,16
Fornecedores	1.229,11	123,30
Impostos e Contribuições Sociais	-883,71	605,70
Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas	113,66	36,99
Encargos do Consumidor a Recolher	-151,31	-67,65
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	239,79	46,40
Outras Exigibilidades	487,97	-926,90
Total das Atividades Operacionais	5.040,64	5.170,48
Atividades de Investimento		
Participações Societárias	-16.631,43	-606,95
Aplicações no Intangível	4.507,96	1.942,57
Total das Atividades de Investimento	-12.123,47	1.335,62
Atividades de Financiamento		
Empréstimos e Financiamentos	233,51	-78,53
Aumentos de Capital	23,77	22,71
Reversão de Reservas	-264,32	-3.042,79
Efeito Desmembramento Soc. Sobre o Pat. Líquido	-17.382,78	0,00
Reversão de Sobras - Outras Destinações AG	0,00	-159,00
Total das Atividades de Financiamento	-17.389,82	-3.257,61
Total dos Efeitos no Caixa	-225,71	577,24
Saldo Inicial de Caixa	1.102,69	525,45
Saldo Final de Caixa	876,98	1.102,69
Variação no Caixa	-225,71	577,24

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2013 e 2012

V - Demonstração do Valor Adicionado

(Valores expressos em milhares de reais)

	2013	2012
Receitas	41.620,43	36.138,16
Venda de Energia e Serviços	37.545,26	32.253,34
Receita de Construção	3.741,96	2.240,76
Outros Receitas Operacionais	106,89	1.859,58
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	226,32	(215,52)
(-) Insumos Adquiridos de Terceiros	23.677,80	18.029,98
Insumos Consumidos	23.677,80	18.029,98
Energia Comprada para Revenda	11.635,59	12.395,82
Encargo de Uso de Rede Elétrica	1.953,10	0,00
Outros Insumos Adquiridos	3.150,84	1.406,00
Material e Serviços de Terceiros	3.196,31	1.987,40
Custo da Construção	3.741,96	2.240,76
(=) Valor Adicionado Bruto	17.942,63	18.108,18
(-) Depreciações e Amortizações	(658,48)	(581,40)
(=) Valor Adicionado Líquido	17.284,15	17.526,78
(+) Valor Adicionado Transferido	468,29	337,63
Receitas Financeiras	468,29	337,63
(=) Valor Adicionado a Distribuir	17.752,44	17.864,41
Distribuição do Valor Adicionado:	17.752,44	17.864,41
Pessoal	4.337,30	4.221,20
Remunerações	3.335,74	3.413,48
Encargos Sociais - FGTS	260,80	232,22
Auxílio Alimentação	514,68	390,64
Convênio Assistencial e Outros Benefícios	226,08	184,86
Governo	9.904,18	11.967,58
Federal	2.761,81	3.919,84
Estadual	7.142,23	8.046,70
Municipal	0,14	1,04
Financiadores	645,87	452,62
Outros Encargos Financeiros	645,87	452,62
Cooperados	2.865,09	1.223,01
Sobras Retidas	2.865,09	1.223,01
Valor Adicionado (médio) por Empregado	197,25	217,86

As notas ex explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

VI - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte – CERBRNORTE é uma sociedade cooperativa singular, do ramo infraestrutura, segundo classificação estabelecida pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, tendo como objeto a compra e distribuição de energia elétrica aos seus associados e consumidores, através de redes de distribuição sob sua responsabilidade. A sociedade é regida pela Lei n.º 5.764 de 16 de dezembro de 1971, que definiu a política nacional de cooperativismo e instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas. Para fins fiscais e tributários a CERBRNORTE está classificada como cooperativa de eletrificação rural.

1.1. Principais Atividades Desenvolvidas – No decorrer do exercício social de 2013, a CERBRNORTE realizou predominantemente operações de distribuição e comercialização de energia elétrica aos seus associados e consumidores, serviços de manutenção, ampliação e melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica sob sua responsabilidade, de acordo com seu objeto social.

1.2. Autorização e Emissão das Demonstrações Financeiras – as demonstrações contábeis foram autorizadas pelo conselho de administração.

2. Da Permissão

Detém permissão conforme Resolução Autorizativa ANEEL n.º 1.629 de 21 de outubro de 2008 e assinatura do contrato de permissão em 28 de novembro de 2008.

2.1. Prazo da Permissão – 20 (vinte) anos, contados a partir da data da celebração do contato.

2.2. Objetivo da Permissão – exploração, a título precário, de serviço público de energia elétrica.

2.3. Áreas de Permissão – municípios de Armazém, Braço do Norte, Grão Pará, Gravatal, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, todos no Estado de Santa Catarina.

2.4. Mecanismo de Atualização das Tarifas de Fornecimento de Energia Elétrica – O contrato de permissão também estabelece que as tarifas sejam reajustadas no mês de setembro e revisadas a cada 04 (quatro) anos. Os critérios e metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em regulamentação específica.

A receita requerida para períodos anuais, que representa a receita necessária para as distribuidoras manterem o seu equilíbrio econômico-financeiro, é segregada em duas parcelas para fins de sua determinação:

Parcela A: representa os custos “não gerenciáveis” das distribuidoras, ou seja, aqueles cujo montante e variação estão fora do controle e influência da permissionária.

Parcela B: representa os custos “gerenciáveis”, inerentes as operações de distribuição de energia, estando

assim sujeitos ao controle ou influência das práticas de gestão adotadas pela permissionária.
Composição da Receita Requerida:

<u>Parcela A</u>	<u>Parcela B</u>
Encargos Setoriais	Receita Irrecuperável (2.4.9)
Reserva Global de Reversão - RGR (2.4.1)	
Conta de Consumo de Combustível - CCC (2.4.2)	Despesas de Operação e Manutenção (2.4.10)
Taxa de Fiscalização - TFSEE (2.4.3)	Pessoal
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA (2.4.4)	Material
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética - P&D e PEE (2.4.5)	Serviços de Terceiros
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (2.4.6)	Despesas Gerais e Outras
Encargos de Transmissão (2.4.7)	Despesas de Capital
Compra de Energia Elétrica para Revenda (2.4.8)	Cotas de Depreciação (2.4.11)
	Remuneração do Capital (2.4.12)

2.4.1. Reserva Global de Reversão (RGR): encargo pago mensalmente, equivalente a 2,5% dos investimentos efetuados pela Permissionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitando-se a 3% da receita anual. Tem como finalidade principal, obter recursos para reversão/encampação dos serviços de energia elétrica, não se limitando a esses objetivos.

2.4.2. Conta de Consumo de Combustível (CCC): encargo que visa cobrir os custos anuais de geração termelétrica, cujo montante anual é fixado para cada distribuidora em função do seu mercado e necessidade do uso das usinas termelétricas.

2.4.3. Taxa de Fiscalização (TFSEE): encargo que constitui receita da ANEEL destinado a cobertura de suas despesas administrativas e operacionais. É fixado anualmente e pago mensalmente.

2.4.4. Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (PROINFA): encargo para cobertura dos custos de energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais elétricas e biomassa. Calculado pela ANEEL anualmente e pago mensalmente pelas distribuidoras.

2.4.5. Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética (P&D/PEE): encargo com a finalidade de prover recursos para o desenvolvimento e a competitividade energética dos Estados, bem como, a universalização do serviço de energia elétrica. Seu valor é fixado anualmente pela ANEEL e se refere à aplicação de 1,00% da receita operacional líquida anual, sendo, no mínimo, 0,75% em pesquisa e desenvolvimento e 0,25% em eficiência energética no setor elétrico.

2.4.6. Conta de Desenvolvimento Energético (CDE): Encargo com a finalidade de subsidiar as tarifas de energia dos consumidores de Baixa Renda e universalizar o atendimento por meio do Programa Luz para Todos (levar energia a cidadãos que ainda não contam com o serviço). O custo é rateado por todos os consumidores atendidos pelo Sistema Interligado Nacional (SIN). O valor das cotas é calculado pela ANEEL.

2.4.7. Encargos da Transmissão: Refere-se à parcela da receita para cobrir os custos com: uso das instalações da rede básica de transmissão, uso das instalações de conexão, uso das instalações de distribuição, transporte de energia elétrica de Itaipu e com o operador nacional do sistema.

2.4.8. Compra de Energia Elétrica para Revenda: Parcela da receita destinada à cobertura dos custos com a compra de energia da empresa supridora. Os dispêndios com compra de energia para revenda constituem

o item de custo não gerenciável de peso significativo para as permissionárias distribuidoras.

2.4.9. Receita Irrecuperável: Parcela da receita que busca compensar a distribuidora por receita considerada irrecuperável. Esta parcela é obtida através de um percentual regulatório de receitas irrecuperáveis.

2.4.10. Despesas de Operação e Manutenção: Refere-se à parcela da receita destinada à cobertura dos custos diretamente vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

2.4.11. Cotas de Depreciação: Representa a parcela da receita necessária à formação dos recursos financeiros destinados à recomposição dos investimentos realizados na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

2.4.12. Remuneração do Capital: É a parcela da receita destinada a suprir o rendimento do capital investido na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais e foram aprovadas pelo conselho de administração e pelo conselho fiscal.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis e fiscais adotadas no Brasil, tomando-se como base a Lei nº 6.404/1976 – lei das sociedades por ações, devido ao seu caráter aplicável às demais sociedades. Tomou-se também como base os pronunciamentos de contabilidade emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, Resolução CFC nº 750/1993, 920/2001, 1.013/2005 e 1.282/2010. Estão ainda de acordo com a Lei 5.764/1971 que trata especificamente das sociedades cooperativas, além de atender as normas específicas emitidas pela ANEEL.

Essas demonstrações seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração utilize estimativa e premissas que afetem os valores de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, bem como os valores reconhecidos de receitas e despesas durante o exercício. Os resultados reais podem ser diferentes dessas estimativas.

4. Resumo das Principais Práticas Contábeis

4.1. Conversão de Operações em Moeda Estrangeira - A cooperativa não possui operações denominadas em Moeda Estrangeira. A moeda funcional da cooperativa é o Real (R\$).

4.2. Caixa e Equivalentes de Caixa - Os fluxos de caixa dos investimentos a curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações a curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias são consideradas como caixa e equivalentes. Os demais investimentos, com vencimentos superiores a 90 dias, são reconhecidos a valor justo e registrados em investimentos a curto prazo.

4.3. Contas a Receber - Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas estimadas na realização desses créditos. O valor estimado da provisão para créditos de liquidação duvidosa pode ser modificado em função das expectativas da administração com relação à possibilidade de se recuperar os valores envolvidos, assim como por mudanças na situação financeira dos clientes.

4.4. Estoques - Os estoques estão registrados pelo custo médio de aquisição e demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, é constituída provisão para estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

4.5. Não Circulante - Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

4.6. Ativo Indenizável (Permissão) - Refere-se a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da permissão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica, OCPC 05 – Contratos de Concessão. Até a edição da MP Nº 579/2012 o Ativo Financeiro foi reconhecido pelo valor residual dos bens individuais ao final da permissão não amortizado e o valor somente era alterado por meio de adições, baixas e transferências, ao longo do prazo de permissão.

A amortização do ativo intangível dos contratos de permissão é calculada pela taxa de depreciação regulatória dos bens individuais. A amortização é reconhecida na rubrica de custo de operação e despesas operacionais. As taxas de depreciação regulatória dos principais bens a serviços da permissão são as seguintes:

Itens mais relevantes do ativo Não Circulante	Taxa Anual
Condutor (Tensão < 69Kv)	3,57%
Edificação	3,33%
Equipamento Geral	6,25%
Estrutura (Poste)	3,57%
Medidor	7,69%
Transformador Distribuição	4,00%
Veículos	14,29%

4.7. Intangível - Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de permissão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições do CPC 04 – Ativos Intangíveis e o ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e do CPC 05 – Contratos de Construção.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A cooperativa entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis

estão a custo histórico a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor novo de reposição.

4.8. Redução ao Valor Recuperável de Ativos – *Impairment* - A cooperativa analisa anualmente se há evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperável. Caso se identifique tais evidências, a cooperativa estima o valor recuperável do ativo. Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável, a cooperativa reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (deterioração). Se não for possível determinar o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

4.9. Benefícios a Empregados - Os pagamentos de benefícios como salário, férias vencidas ou proporcionais, e os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência.

4.10. Valor Presente de Ativos e Passivos de Longo Prazo - Os ativos e passivos de longo prazo da cooperativa são ajustados a valor presente, quando aplicável, utilizando-se taxas de desconto que refletem a melhor estimativa da cooperativa.

4.11. Provisão para Contingências - Os Passivos contingentes são constituídos sempre que a perda for avaliada como provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas nas demonstrações financeiras, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação.

4.12. Receitas e Despesas - A cooperativa segue o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento dos ingressos/receitas e dispêndios/despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

4.12.1. Receita Não Faturada – Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica entregue ao consumidor e não faturada, e à receita de utilização da rede de distribuição, calculada em base estimada, referentes ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

4.12.2 Receita de Construção – A ICPC 01 (R1) estabelece que a permissionária de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviço de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de permissão.

A cooperativa contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (a) a atividade fim da cooperativa é a distribuição de energia elétrica; (b) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (c) algumas construções de infraestrutura poderão ser terceirizadas com partes não relacionadas. Mensalmente a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

4.13. Operações com Partes Relacionadas – A caracterização da relação existente entre as operações com partes relacionadas têm regras específicas para cada tipo de transação e são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes.

4.14. Tributação do Resultado - A tributação dos ganhos e resultados foi calculada tomando como base as operações com não associados, nos termos da legislação vigente. A provisão para imposto de renda e contribuição social foi apurada sobre o lucro, representado pelo resultado obtido em operações com não associados e sobre a receita de aplicação financeira e ganhos na alienação de bens, considerados tributáveis pela legislação fiscal.

4.15. Operações com Terceiros – As operações com não associados estão escrituradas destacadamente de modo a permitir a apuração do resultado em separado, para o cálculo da base de incidência de tributos, em atendimento a NBCT 10.8, conforme apresentamos na Demonstração de resultado para efeito de cálculo do IRPJ e CSLL nota 33.

O resultado positivo gerado em operações com não associados, após a dedução dos tributos, são destinados integralmente a Reserva (Fundo) de Assistência Técnica e Educacional – RATES.

5. Desmembramento de Sociedade

Em 4 de novembro de 2013 a CERBRANORTE concluiu o processo de desmembramento de sociedade iniciado em março de 2013, nos termos da Lei 5.764/71, conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de março de 2013. Referida assembleia, aprovou também, a constituição da Comissão de Desmembramento, a qual foi a responsável pela condução do processo de desmembramento.

O objetivo do desmembramento foi o de separar os investimentos na atividade geração de energia elétrica mantidos na estrutura patrimonial da CERBRANORTE.

O desmembramento teve, ainda, objetivos estratégicos utilizando-se de prerrogativa concedida pela ANEEL às cooperativas com investimento em geração de energia elétrica, oportunizando a separação de atividades estranhas ao serviço de distribuição de energia elétrica. Visou também o atendimento de aspectos legais relacionados à organização do setor elétrico nacional estabelecido de forma desverticalizada, onde as atividades de geração e transmissão de energia elétrica devem ser segregadas da atividade de distribuição de energia elétrica, nos termos da legislação vigente.

O processo de desmembramento teve caráter parcial compreendendo a transferência de ativos em valores de balanço especial levantado em 31 de março de 2013, conforme Laudo de Avaliação elaborado pela empresa Executiva Serviços de Contabilidade S/S, contratada para auxiliar a Comissão de Desmembramento designada pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de março de 2013 e para avaliar os itens patrimoniais a serem desmembrados, pelo seu valor contábil, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tendo como objetivo a constituição de uma nova cooperativa, na forma prevista na legislação cooperativista.

O principal ativo desmembrado estava representado pela participação acionária equivalente a 100% das ações da sociedade de propósito específico, denominada CERBRANORTE Geração S/A. Este investimento se refere à exploração de um potencial hidrelétrico, através da Pequena Central Hidrelétrica – PCH Capivari,

com 12.000 kW de potência instalada, em consórcio formado por CERBRANORTE Geração S/A e Urbano Agroindustrial Ltda. O projeto encontrava-se na fase de construção devidamente outorgado junto à ANEEL.

O desmembramento resultou na constituição de nova sociedade cooperativa denominada Cooperativa de Geração de Energia Elétrica e Desenvolvimento de Braço do Norte, sob a sigla CERBRANORTE – GD. O objetivo desta nova sociedade cooperativa será a exploração da atividade de geração de energia elétrica e demais atividades relacionadas com o desenvolvimento da infraestrutura nos municípios de sua área de atuação, sobretudo em Braço do Norte – SC.

Na sociedade remanescente manteve-se a atividade de distribuição de energia elétrica e demais atividades relacionadas, preservada a denominação social da cooperativa.

O processo encontrava-se em fase de registro na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, Secretaria do Estado da Fazenda e Receita Federal do Brasil. Na sequência será encaminhado à apreciação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL para obtenção de anuênciam.

registro dos efeitos do processo de desmembramento, bem como os ajustes decorrentes das operações ocorridas após a data do evento, foi realizado em 30 de novembro de 2013, tendo por base, o Laudo de Avaliação resultando nos seguintes efeitos:

5.1. Efeitos do Desmembramento na data base utilizada para o processo:

a) Ativos desmembrados:

Descrição	Valor R\$
<u>Caixa e Equivalentes de Caixa</u> Valor em moeda corrente nacional, destinado a manutenção dos negócios iniciais da Nova Sociedade Cooperativa.	100,00
<u>Investimentos</u>	
Ações Participação equivalente a 100% do capital social da empresa CERBRANORTE Geração S/A, sendo:	
Valor Integralizado	12.626,80
(+) Adiantamento Para Aumento de Capital	3.999,63
Soma das Participações Através de Ações	16.626,43
Quota-parte de Capital Social Participação totalmente integralizada no Capital Social da Central de Cooperativas Geradoras de Energia Elétrica de Santa Catarina - SC/GERACOOP, representado por 5.000 (cinco mil) quotas no valor de R\$ 1,00 cada.	5,00
Soma dos Investimentos	16.631,43
<u>Imobilizado</u>	
Terrenos	
Investimento em imóveis, representado por quatro terrenos localizados na cidade de Braço do Norte - SC.	208,10
Investimento em imóveis, representado por um terreno localizado na cidade de Rio Fortuna - SC.	32,00
Soma de Terrenos	240,10
<u>Edificações, Obras Civis e Benfeitorias</u>	
Almoxarifado	
Edificação em alvenaria destinada a abrigar o almoxarifado principal de bens para manutenção e investimento em redes de distribuição de energia elétrica e veículos	269,73
Garagem	
Cobertura destinada a garagem para veículo	5,82
Sede da Associação de Funcionários	
Edificação em alvenaria destinada a abrigar espaço dedicado a associação de funcionários em serviço de recreação e lazer.	135,70
Soma de Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	411,25
Soma dos Bens do Ativo Imobilizado	651,35
Soma dos Ativos	17.382,78

b) Patrimônio Líquido desmembrado:

Descrição	Valor R\$
Capital Social - Quotas-Partes Representado pela participação de 18.418 (dezoito mil quatrocentos e dezoito) associados:	92,09
Reservas Estatutárias de Sobras	
<u>Reserva Legal</u> Parcela do saldo da reserva, proporcional ao valor dos ativos desmembrados.	1.375,13
<u>Reserva de Assistência Técnica Educacional e Social - RATES</u> Parcela do saldo da reserva, proporcional ao valor dos ativos desmembrados.	341,83
<u>Fundo de Investimento e Ampliações</u> Parcela da reserva necessária para completar o valor dos ativos desmembrados	15.573,73
Soma das Reservas Estatutárias de Sobras	17.290,69
Soma do Patrimônio Líquido	17.382,78

6. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Tipo de Aplicação	Vencimento	Remuneração	2013	2012
Caixa e Bancos				876,98	936,05
Aplicações no Mercado Aberto					
Caixa Econômica Federal	FIC Automático	Imediato	0,39% a m	-	166,64
				-	166,64
				876,98	1.102,69

As aplicações financeiras de liquidez imediata foram efetuadas em investimentos de baixo risco, para resgate em prazo não superior a 90 dias.

7. Consumidores

Os valores a receber são principalmente provenientes do fornecimento de energia elétrica aos associados da cooperativa e estão registrados no ativo circulante. Compreende o valor faturado e não faturado, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência. O valor de energia elétrica não faturada é baseado em estimativa.

	Saldos Vencidos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	mais 90 dias	2013	2012
Consumidores					
Residencial	1.079,20	176,00	49,54	1.304,74	1.257,67
Industrial	1.396,64	223,10	57,25	1.682,14	1.272,41
Comercial	677,45	52,03	14,84	744,32	729,58
Rural	600,85	49,11	11,62	661,58	631,93
Poder Público	61,15	0,30	-	61,45	47,93
Iluminação Pública	111,54	-	-	111,54	1.195,37
Serviços Públicos	26,98	-	-	26,98	23,21
Suprimento	50,87	97,14	-	148,01	15,37
Serviços Taxados/Outros	79,13	17,85	5,84	102,82	129,74
	4.083,81	615,53	139,09	4.843,58	5.303,21

8. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi mensurada e reconhecida a partir da experiência da administração da cooperativa em relação ao histórico das perdas efetivas, considerando também os parâmetros recomendados pela ANEEL. O valor apurado é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas que possam ocorrer na realização financeira dos créditos a receber.

	2013	2012
Consumidores		
Residencial	63,38	44,44
Industrial	66,71	28,58
Comercial	19,36	12,01
Rural	4,55	2,57
Poder Público	-	-
Iluminação Pública	-	330,75
Serviços Públicos	-	-
	154,00	418,35
Outros Créditos		
Outros Parcelamentos	271,26	278,99
	425,26	697,34

9. Outros Créditos

	2013	2012
<u>Circulante</u>		
<u>Devedores Diversos</u>		
Empregados	64,83	53,72
Adiantamento a Fornecedores	55,19	41,96
Prefeitura Municipal de BN	58,57	58,57
Diferença Mensal de Receita - DMR	81,70	53,50
	260,29	207,75
<u>Outros Créditos</u>		
Parcelamento de Energia	361,43	454,84
Uso Mútuo de Postes	68,49	-
Serviços em Curso	224,58	512,41
Subvenção CDE	1.546,69	-
Outros	10,00	11,40
	2.211,19	978,65
Soma do Circulante	2.471,48	1.186,40
<u>Não Circulante - Realizável a Longo Prazo</u>		
<u>Outros Créditos</u>		
Depósitos Vinculados a Litígios	65,98	17,37

10. Impostos e Contribuições Sociais

	2013	2012
<u>Ativo Circulante</u>		
IRRF a Compensar		
IRRF a Compensar	4,40	1,67
Contribuições Sociais a Recuperar	31,85	25,83
ICMS a Recuperar	52,27	36,81
	88,52	64,31
<u>Ativo Não Circulante</u>		
ICMS a Recuperar	67,68	44,33
	67,68	44,33
<u>Passivo Circulante</u>		
ISS PMBN a Recolher	1,86	2,92
Taxas Municipais	-	662,25
ICMS a Pagar	366,77	622,79
INSS a Recolher	90,08	87,78
FGTS a Recolher	32,34	29,24
IRRF a Recolher	1,10	1,00
Contribuições Sociais na Fonte	0,04	-
PIS a Pagar	5,25	4,50
COFINS a Recolher	1,23	-
IRPJ a Pagar	21,40	3,69
CSLL a Pagar	12,84	2,45
	532,91	1.416,62

10.1. ICMS a Recuperar - Os valores de ICMS a recuperar referem-se a créditos decorrentes de aquisição de bens destinados a prestação do serviço da cooperativa – Ativo Permanente (CIAP), instituído pela Lei Complementar n.º 87/1996, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48 conforme determina a Lei Complementar n.º 102/2000.

10.2. Imposto de Renda a Compensar - Os valores registrados como Imposto de Renda a Compensar referem-se a créditos de valores retidos na fonte.

10.3. Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre Lucro - O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro estão representados pelo seu valor a recolher apurado por estimativa e ajustado anualmente com base no lucro real, considerado o método mais vantajoso de pagamento dos tributos pela administração. Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, a cooperativa adota o Regime Tributário de Transição – RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos. A base de apuração dos tributos está demonstrada na nota 33.

11. Estoques

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Almoxarifado de Manutenção		
Condutores	42,37	21,11
Estruturas	91,32	12,32
Medidores	10,98	16,46
Chaves	14,39	14,60
Transformadores	4,01	1,31
Parafusos e Ferragens	12,93	24,89
Iluminação Pública	1,85	2,12
Materiais Diversos	35,51	32,16
Sucata	10,52	7,34
	223,88	132,31

12. Despesas Pagas Antecipadamente

As despesas pagas antecipadamente compreendem o valor das despesas com seguros para cobertura contra sinistro com veículos da frota e máquinas e equipamentos conforme descrito na nota 34.

13. Ativo Indenizável (Permissão)

O Contrato de Permissão de Serviços Públicos de Energia Elétrica n. 025/2008, de 28 de Novembro de 2008 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a cooperativa (Permissionário – Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela cooperativa.

Com base nas características estabelecidas no contrato de permissão de distribuição de energia elétrica da cooperativa, a administração entende que estão atendidas as condições para aplicação da Interpretação

Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da permissão classificado como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente e;
- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificado como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuada pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da permissão e; (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da permissão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A mutação dos bens da permissão, representados pelo ativo intangível da permissão e ativo financeiro indenizável está demonstrada a seguir:

	2013	2012
Ativo Intangível - Permissão	7.776,50	6.941,04
Soma do Intangível	7.776,50	6.941,04
Ativo Financeiro Indenizável	3.292,91	2.359,86
Soma do Financeiro	3.292,91	2.359,86

Ativo Financeiro Indenizável	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-
Transferência para Ativo Financeiro	2.359,87
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.359,87
Transferência para Ativo Financeiro	933,04
Saldo em 31 de dezembro de 2013	3.292,91

14. Investimentos

Participação	Valor	
	2013	2012
Investimentos		
Participações Societárias		
Avaliadas pela Equivalência Patrimonial		
CERBRANORTE Geração S/A	100%	-
		16.626,43
Avaliadas pelo Custo		
Oficina Técnica Extremo Sul	0%	21,69
Fecoerusc	0%	1,20
SC/GERACOOP	0%	-
CREDIVALE	0%	20,82
	43,71	48,71
	43,71	16.675,14

15. Imobilizado

	2013	2012
Distribuição		
Linhas Redes e Subestações		
Imobilizado em Curso		
Material em Depósito	237,22	261,35
Adiantamento a Fornecedores	532,56	-
	769,78	261,35
Atividade Não Vinculada a Concessão SEE		
Imobilizado em Serviço		
Veículos	-	199,96
	-	199,96
	769,78	461,31

16. Intangível

	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual	Transf. Ativo Financeiro	Obrigações Especiais	Saldo
Direito de uso da permissão	14.357,39	(4.595,54)	9.761,85	(2.359,87)	(460,94)	6.941,04
Saldo em 31 de dezembro de 2012	14.357,39	(4.595,54)	9.761,85	(2.359,87)	(460,94)	6.941,04
Direito de uso da permissão	16.823,06	(5.182,12)	11.640,94	(3.292,90)	(571,54)	7.776,50
Saldo em 31 de dezembro de 2013	16.823,06	(5.182,12)	11.640,94	(3.292,90)	(571,54)	7.776,50

16.1. Contrato de Permissão - O ativo intangível da permissão representa o direito de exploração dos serviços de construção e prestação dos serviços de fornecimento de energia elétrica que será recuperado através do consumo e consequente faturamento aos consumidores.

A ANEEL estabelece a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é razoável e adequada para efeitos contábeis e regulatórios e representa a melhor estimativa de vida útil econômica dos bens, aceitas pelo mercado dessa indústria.

A amortização do intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela CERBRANORTE, com expectativa de amortização por ano, limitados ao prazo da permissão.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da permissão, será alocado como contas a receber vinculadas a permissão.

16.2. Obrigações Especiais - As obrigações especiais representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais destinados aos investimentos aplicados nos empreendimentos vinculados à permissão. As referidas obrigações não são passivos onerosos nem créditos dos associados.

O prazo esperado para liquidação dessas obrigações é a data de término da permissão. Após o segundo ciclo de revisão tarifária das concessionárias de distribuição, a característica destas obrigações sofreu modificação, tanto que o saldo das novas adições passou a ser amortizado contabilmente. A amortização é calculada com base na taxa média de amortização dos ativos correspondentes.

O saldo das citadas obrigações, verificado ao final do período de permissão, será deduzido do valor residual dos ativos, para efeitos de indenização por parte da União.

16.3. Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Impairment - A CERBRANORTE tem por prática a avaliação e o monitoramento periódico do desempenho futuro dos seus ativos. Neste contexto, e considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1)/IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Caso existam evidências claras de que a cooperativa possui ativos registrados por valor não recuperável, ou sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável no futuro, deverá haver o reconhecimento imediato da desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

As principais premissas que sustentam as conclusões dos testes de recuperação estão listadas abaixo:

- Menor nível de unidade geradora de caixa: permissão detida;
- Valor recuperável: valor de uso, ou valor equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos), derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil e;
- Apuração do valor de uso: baseada em fluxos de caixa futuros, em moeda constante, trazidos a valor presente por taxa de desconto real e antes dos impostos sobre a renda.

A administração entende ter direito contratual assegurado no que diz respeito à indenização dos bens vinculados ao final da concessão de serviço público, admitindo para fim de cálculo de recuperação e até que se edite regulamentação sobre o tema, a valorização dessa indenização pelo valor justo de reposição.

Assim, a premissa de valoração do ativo residual ao final da permissão ficou estabelecida nos valores registrados contabilmente.

Com base nas premissas acima, a cooperativa não identificou necessidade de constituição de provisão para redução do valor dos ativos ao valor recuperável.

16.4. Valor de Recuperação do Ativo Intangível (Vida Útil Definida) - A cooperativa avaliou o valor de recuperação dos seus ativos intangíveis com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado. Os valores alocados às premissas representam a avaliação da administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

17. Empréstimos e Financiamentos

	2013	2012
Empréstimos e Financiamentos - Curto Prazo		
Caixa Económica Federal	-	39,29
Caixa Económica Federal - Contrato 25/41	47,62	-
Caixa Económica Federal - Contrato 26/22	17,04	-
Bradesco - Contrato 878391/8	44,58	-
Bradesco - Contrato 886524/8	26,34	-
	135,58	39,29
Empréstimos e Financiamentos - Longo Prazo		
Caixa Económica Federal - Contrato 25/41	51,58	168,38
Caixa Económica Federal - Contrato 26/22	18,46	-
Bradesco - Contrato 878391/8	141,16	-
Bradesco - Contrato 886524/8	94,40	-
	305,60	168,38

18. Fornecedores

	2013	2012
Suprimento de Energia Elétrica		
Celesc Distribuidora S.A.	2.661,42	1.431,59
	2.661,42	1.431,59
Material e Serviço		
Material e Serviço	442,21	442,93
	442,21	442,93
	<u>3.103,63</u>	<u>1.874,52</u>

19. Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas

	2013	2012
Folha de Pagamento		
Folha de Pagamento Líquida	166,20	144,72
Tributos e Contribuições Sociais Retidos	54,73	49,19
Consignação em Favor de Terceiros	24,95	18,47
	245,88	212,38
Provisões Trabalhistas		
Férias	389,57	333,65
Encargos Sociais sobre Férias	152,47	128,23
	542,04	461,88
	<u>787,92</u>	<u>674,26</u>

As obrigações estimadas estão representadas pela Provisão para remuneração de férias e encargos sociais correspondentes.

20. Encargos do Consumidor a Recolher

	2013	2012
Conta de Consumo de Combustíveis - CCC	0,00	60,09
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	26,85	88,19
Reserva Global de Reversão - RGR	0,00	15,91
Taxa de Fiscalização - TFSEE	4,63	5,39
Adicional do CCC	0,00	13,21
	<u>31,48</u>	<u>182,79</u>

21. Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

	FNDCT	MME	P&D	PEE	Total
Em 2011	8,79	4,39	97,29	243,22	353,69
Constituições	46,08	23,36	38,05	90,58	198,07
Juros Selic	-	-	9,19	17,54	26,73
Realização	-	-	-	(110,08)	(110,08)
Recolhimentos	(45,53)	(22,79)	-	-	(68,32)
Em 2012	9,34	4,96	144,53	241,26	400,09
Constituições	59,05	29,53	58,89	146,76	294,23
Juros Selic	-	-	7,10	19,25	26,35
Realização	-	-	-	-	-
Recolhimentos	(53,67)	(27,12)	-	-	(80,79)
Em 2013	14,72	7,37	210,52	407,27	639,88

22. Provisão para Contingências

	2013			2012		
	Valor da Provisão No Exercício	Acumulada	Depósito Judicial	Valor da Provisão No Exercício	Acumulada	Depósito Judicial
Provisões para Contingência - Curto Prazo						
Trabalhistas	-	15,00	Com dep.	-	15,00	Sem dep.
Cíveis e Terceiros	45,76	225,76	Com dep.	50,00	180,00	Sem dep.
	45,76	240,76		50,00	195,00	
Provisões para Contingência - Longo Prazo						
Tributárias	-	364,35	Sem dep.	-	364,35	Sem dep.
	-	364,35		-	364,35	

23. Outras Contas a Pagar

	2013	2012
Passivo Circulante		
Outras Contas a Pagar		
Consumidores	316,67	30,87
CERBRANORTE - GD - Desmembramento Sociedade	110,96	-
Destinações do FATES - 2012	125,04	-
Convênios de Arrecadação	102,11	165,50
Outros	20,02	36,22
	674,80	232,59
Outros Passivo Não Circulante		
Outros Credores - Associados	536,16	536,16
	536,16	536,16

24. Patrimônio Líquido

24.1. Capital Social

24.1.1. Composição do Capital Social: O capital social é representado por 2.581,25 mil quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota, em 31 de dezembro de 2013. Em 31 de dezembro de 2012 estava representada por 2.649,57 mil quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota.

24.1.2. Movimentação do Capital Social: De acordo com a legislação cooperativista, a conta Capital Social é movimentada nas seguintes hipóteses:

- Na admissão do cooperado, pela subscrição do valor das quotas – partes fixadas no estatuto social;
- Pela subscrição de novas quotas – partes;
- Pela capitalização de sobras e pela incorporação de reservas, exceto as indivisíveis e;
- Pela retirada do cooperado, por demissão, eliminação ou exclusão.

O capital social está representado pelo valor totalmente integralizado, correspondendo a participação de 19.047 associados em 31 de dezembro de 2013. Em 31 de dezembro de 2012 eram 18.218 associados.

24.2. Natureza e Finalidade das Reservas

24.2.1. Reserva Legal: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória (Fundo de Reserva) nos termos da Lei n.º 5.764/1971. Tem como base a destinação de 10% das sobras do exercício social, de eventuais destinações a critério da Assembléia Geral e se destina à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.

24.2.2. Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória nos termos da Lei n.º 5.764/1971. Tem como base a destinação de 5% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, destinando-se a cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social dos associados e seus dependentes, assim como de seus colaboradores.

24.2.3. Reserva de Ampliação, Manutenção e Melhoria: é constituído estatutariamente por 50% das sobras líquidas do exercício social, de eventuais destinações da Assembléia Geral e se destina a cobrir investimentos e/ou despesas de manutenção e ampliação das redes de distribuição.

24.3. Sobras a Disposição da Assembleia Geral Ordinária – são as sobras líquidas das destinações das reservas acrescidas as suas reversões. Ficam à disposição da Assembléia Geral Ordinária para deliberação quanto a sua destinação, conforme demonstrado no quadro a seguir.

	2013	2012
Resultado do Exercício	2.865,09	1.223,01
Destinações		
RATES	246,25	260,77
Reserva Legal	275,67	122,30
Reserva de Manutenção, Ampliação e Melhoria	1.378,34	611,50
	1.900,26	994,57
Realização de Reservas		
Reserva de Manutenção, Ampliação e Melhoria	125,28	0,00
	125,28	0,00
Sobras a Disposição da AGO	1.090,11	228,44

25. Instrumentos Financeiros

25.1. Considerações Gerais e Gerenciamento de Riscos - A cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão reconhecidas na contabilidade e os instrumentos financeiros são:

Caixa e Equivalentes de Caixa: apresentados na nota 6.

Contas a Receber – Consumidores: apresentados na nota 7.

25.2. Fatores de Risco que Podem Afetar os Negócios

25.2.1. Risco de Crédito: advém da possibilidade da cooperativa não receber valores decorrentes de operações de distribuição de energia elétrica ou de créditos detidos junto a instituições financeiras geradas por operações de aplicação financeira.

25.2.2. Risco de Gerenciamento de Capital: advém da escolha da cooperativa em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações.

26. Ingresso/Receita Operacional

	2013	2012
a) Fornecimento/Suprimento de Energia Elétrica		
Residencial	4.804,57	4.551,63
Industrial	5.258,48	4.444,44
Comercial, Serviços e Outras Atividades	2.690,71	2.535,14
Rural	2.821,83	2.620,52
Poder Público	233,80	210,78
Iluminação Pública	495,86	497,48
Serviço Público	115,90	127,84
Renda Não Faturada	96,16	(15,43)
Efeitos da Revisão/Reajuste	<u>2.211,72</u>	<u>(323,74)</u>
	18.729,03	14.648,66
b) Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica		
Residencial	4.830,62	5.266,85
Industrial	5.286,98	5.142,82
Comercial, Serviços e Outras Atividades	2.705,30	2.933,50
Rural	2.736,97	2.935,77
Poder Público	235,07	243,90
Iluminação Pública	498,55	575,65
Serviço Público	116,53	147,93
Renda Não Faturada	96,69	(17,86)
	<u>16.506,71</u>	<u>17.228,56</u>
c) Receita de Construção	3.741,96	2.240,76
d) Outras Receitas Operacionais		
Uso Mútuo de Postes	177,76	197,59
Doações, Contribuições e Subvenções ⁽¹⁾	2.391,33	53,50
Rendas de Prestação de Serviços	39,09	25,95
Serviço Taxado	65,86	60,07
Outras Receitas	169,37	89,33
Efeitos da Revisão/Reajuste	<u>(427,01)</u>	<u>1.809,25</u>
	2.416,40	2.235,69
	<u>41.394,10</u>	<u>36.353,67</u>

(1) Doações, Contribuições e Subvenções

Subsídio - Água/Esgoto	16,45	-
Subsídio - Rural	1.311,19	-
Subsídio - Irrigante	10,81	-
Subsídio - Distribuição	1.037,63	-
Subsídio - Geração Fonte Incentivada	15,25	-
Outras Doações	-	53,50
	2.391,33	53,50

27. Deduções da Receita/Ingresso

	2013	2012
Tributos Sobre a Receita		
COFINS	0,27	-
PIS	1,23	-
ICMS	7.123,32	6.991,80
ISS	0,14	1,04
	7.124,96	6.992,84
Encargos Setoriais		
Quota para RGR	-	251,72
CCC	360,44	1.246,48
CDE	745,65	1.058,32
P&D e PEE	293,99	215,91
Adicional de CCC	-	106,31
	1.400,08	2.878,74
	8.525,04	9.871,58

28. Receita Operacional Líquida

	Receita Bruta	PIS/PASEP e COFINS	ICMS	Encargos do Consumidor	ISS	Receita Líquida
Em 2013						
Fornecimento de Energia Elétrica	18.729,04	-	(2.982,88)	(35,71)	(0,14)	15.710,31
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	16.506,71	(1,50)	(4.140,44)	(1.364,38)	-	11.000,39
Receita de Construção	3.741,96	-	-	-	-	3.741,96
Outras Receitas Operacionais	2.416,40	-	-	-	-	2.416,40
	41.394,11	(1,50)	(7.123,32)	(1.400,09)	(0,14)	32.869,06
Em 2012						
Fornecimento de Energia Elétrica	14.648,66	-	(3.259,12)	(64,76)	-	11.324,78
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	17.228,56	-	(3.732,68)	(2.813,98)	(1,04)	10.680,86
Receita de Construção	2.240,76	-	-	-	-	2.240,76
Outras Receitas Operacionais	2.235,69	-	-	-	-	2.235,69
	36.353,67	-	(6.991,80)	(2.878,74)	(1,04)	26.482,09

29. Dispêndios/Custos e Despesas

	Custos de bens e/ou serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e aminist.	Outras rec.(desp.) líquidas	Total
Em 2013 - Natureza dos Gastos					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(11.137,88)	-	-	-	(11.137,88)
Energia Elétrica Comprada para Revenda - Proinfa	(497,71)	-	-	-	(497,71)
Encargo de Uso de Rede Elétrica	(1.953,10)	-	-	-	(1.953,10)
Pessoal e Administradores	(4.072,93)	-	(1.393,52)	-	(5.466,45)
Material	(871,19)	-	(234,33)	-	(1.105,52)
Serviços de Terceiros	(959,84)	-	(1.063,86)	-	(2.023,70)
Depreciação e Amortização	(563,55)	-	(94,92)	-	(658,47)
Custo de Construção	(3.741,96)	-	-	-	(3.741,96)
Outros Custos e Despesas (')	(100,35)		(319,28)	(2.946,96)	(3.366,59)
Custos dos Outros Serviços Prestados	(67,08)	(226,31)	-	-	(293,39)
	(23.965,59)	(226,31)	(3.105,91)	(2.946,96)	(30.244,77)

Em 2012 - Natureza dos Gastos

Energia Elétrica Comprada para Revenda	(11.938,04)	-	-	-	(11.938,04)
Energia Elétrica Comprada para Revenda - Proinfa	(457,78)	-	-	-	(457,78)
Encargo de Uso de Rede Elétrica	-	-	-	-	-
Pessoal e Administradores	(3.801,22)	-	(1.395,07)	-	(5.196,29)
Material	(617,37)	-	(121,21)	-	(738,58)
Serviços de Terceiros	(982,04)	-	(404,57)	-	(1.386,61)
Depreciação e Amortização	(497,42)	-	(83,98)	-	(581,40)
Custo de Construção	(2.240,76)	-	-	-	(2.240,76)
Outros Custos e Despesas (')	(998,59)	(215,52)	(245,52)	(1.118,23)	(2.577,86)
Custos dos Outros Serviços Prestados	(20,22)	-	-	-	(20,22)
	(21.553,44)	(215,52)	(2.250,35)	(1.118,23)	(25.137,54)

(') Efeitos da Revisão/Reajuste

2013	2.564,67
2012	152,38

29.1. Custo de Construção – Corresponde aos valores aplicados no ativo intangível e que, conforme a ITG 01 (R1), deve ser registrada como custo. Em contrapartida regista a receita correspondente, decorrente do direito de receber, via tarifa, o valor investido.

30. Detalhamento do Resultado Financeiro

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receitas Financeiras		
Rendas de Aplicação Financeira	5,32	2,03
Acréscimo Moratório S/Fatura de Energia	421,51	326,94
Outras Receitas Financeiras	<u>41,46</u>	<u>8,66</u>
	468,29	337,63
(-) Despesas Financeiras		
Tarifas Bancárias	10,97	18,10
Juros e Multas	562,13	415,82
IOF	0,92	-
Outras Despesas Financeiras	<u>71,85</u>	<u>18,70</u>
	645,87	452,62
	<u>(177,58)</u>	<u>(114,99)</u>

31. Informações por Segmento e Atividades de Negócios

31.1. Segmentos e Atividades de Negócios

31.1.1. Distribuição de Energia: é composta de linhas, redes, subestações e demais equipamentos associados e tem por finalidade: **a)** distribuir energia elétrica e garantir o livre acesso ao sistema para os fornecedores e consumidores; **b)** permitir o fornecimento de energia elétrica a consumidores e; quando for o caso, **c)** garantir o suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

31.1.2. Comercialização de Energia: refere-se à atividade de compra e venda de energia elétrica, composta de móveis e utensílios, equipamentos de informática e comunicação.

31.2. Áreas Geográficas - Os segmentos e atividades de negócios de distribuição e comercialização de energia elétrica são desenvolvidos nos municípios de Armazém, Braço do Norte, Grão Pará, Gravatal, Rio Fortuna e Santa Rosa de Lima, todos no Estado de Santa Catarina.

31.3. Resultados

	<u>Atividades de Negócios</u>		
	<u>Distribuição</u>	<u>Comercialização</u>	<u>Total</u>
Receita Operacional Líquida	16.982,12	15.886,94	32.869,06
Custos dos Serviços	11.071,32	12.894,27	23.965,59
Resultado Operacional Bruto	5.910,80	2.992,67	8.903,47
Despesas Operacional	5.262,72	563,84	5.826,56
Despesas com Vendas	-	(226,32)	(226,32)
Despesas Gerais e Administrativas	2.349,94	755,97	3.105,91
Outras Receitas e Despesas	2.912,78	34,19	2.946,97
Resultado Antes do Resultado Financeiro	648,08	2.428,83	3.076,91
Receitas Financeiras	425,76	42,53	468,29
Despesas Financeiras	(484,81)	(161,07)	(645,88)
Resultado Antes dos Tributos Sobre o Lucro	589,03	2.310,29	2.899,32
Tributos Sobre o Lucro	-	-	34,23
Resultado Líquido do Período	<u>589,03</u>	<u>2.310,29</u>	<u>2.865,09</u>

31.4. Principais Clientes - As receitas provenientes de um cliente do Segmento de Distribuição de Energia Elétrica no exercício social de 2013 chegaram a perfazer um montante de R\$ 653,39 mil, representando cerca de 2,55% do total das receitas da cooperativa.

32. Partes Relacionadas

A administração da cooperativa entende que os relacionamentos com pessoas físicas e jurídicas estabelecidas em sua área de atuação não se caracterizam pelo interesse econômico, devido à ausência de controle através do capital social nas sociedades cooperativas.

O interesse do associado em relação à cooperativa restringe-se a obtenção do serviço e não a remuneração do investimento (capital), influência nas deliberações ou controle econômico, motivo pelo qual os relacionamentos com fornecedores de bens e serviços à cooperativa, por associados, são considerados como partes não relacionadas.

	2013			2012		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Pessoal chave da administração						
Presidência e conselhos	-	22,61	357,84	-	13,83	298,03
Encargos sociais	-	8,53	89,74	-	7,61	75,08
Outros	-	-	20,59	-	-	12,27
	-	31,14	468,17	-	21,44	385,38

33. Demonstração de Resultado para Efeito de Cálculo do IRPJ e CSLL

Demonstração de Resultado por Ato Cooperativo e Não Cooperativo – 2013

Contas	Operações com		
	Associados	Terceiros	Total
1 - Receita Operacional Bruta	37.425,62	226,53	37.652,15
2 - Deduções da Receita Bruta	8.525,03	0,01	8.525,04
2.1 - Impostos e Contrib. Sobre a Receita	7.124,95	0,01	7.124,96
2.2 - Encargos Setoriais	1.400,08	-	1.400,08
3 - Receita Operacional Líquida (1-2)	28.900,59	226,52	29.127,11
4 - Custo do Serviço de Energia Elétrica	23.101,19	69,40	23.170,59
5 - (=) Resultado Operacional Bruto (3-4)	5.799,40	157,12	5.956,52
6 - Despesas Operacionais	3.042,73	14,47	3.057,20
Despesas Gerais e Administrativas	2.860,92	18,69	2.879,61
Despesas Menos Receitas Financeiras	181,81	(4,22)	177,59
7 - Resultado Não Operacional	-	-	-
8 - Result. Liq. Exerc. Antes Tributação (5-6+7)	2.756,67	142,65	2.899,32
9 - Tributos Incidentes Sobre o Resultado	-	34,23	34,23
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	21,39	21,39
Contribuição Social S/Lucro Líquido - CSLL	-	12,84	12,84
10 - Resultado Líquido do Exercício (8-9)	2.756,67	108,42	2.865,09
Resultado Líquido do Exercício em 2012	1.217,39	5,62	1.223,01

34. Seguros

Os seguros são considerados suficientes para cobertura dos riscos envolvidos, abrangendo a frota de veículos da entidade conforme descrito a seguir:

Descrição do Bem	Vigência	Importância Segurada	Prêmio Total
Caminhão MB Atego 1726 ano 2012 Placa MLE8982 - Linha Viva	18/02/2014	200,00	8,62
Utilitários e Automóveis	26/05/2014	<u>1.000,00</u>	<u>22,82</u>
		<u>1.200,00</u>	<u>31,44</u>
Máquinas e Equipamentos			
Religadores e Reguladores	28/07/2014	<u>1.890,00</u>	<u>17,20</u>
		<u>1.890,00</u>	<u>17,20</u>
		<u><u>3.090,00</u></u>	<u><u>48,64</u></u>

35. Contingências

35.1. Contingências Trabalhistas – A cooperativa mantém depósito judicial no valor de R\$ 15 mil referentes a ações trabalhistas em fase liquidação com perda provável.

35.2. Contingências Fiscais – Em 2008 a cooperativa foi autuada pela Receita Federal do Brasil mediante auto de infração DEBCAD: 37.106.800-2 e DBCAD: 37.106.801-0, no valor de R\$ 364 mil. A autuação refere-se ao não recolhimento de contribuições previdenciárias sobre a prestação de serviços na área da saúde em contratos firmados com a Cooperativa de Trabalho Médico da Região da Amurel Ltda. - Unimed de Tubarão.

A Cooperativa interpôs recurso junto a Delegacia da Receita Federal de Florianópolis – SC, em 28 de novembro de 2008, requerendo nulidade total do ato fiscal. A administração da cooperativa entende que o imposto não é devido, não tendo sido julgado até o encerramento do exercício.

A cooperativa efetuou a provisão no valor das multas, reconhecendo integralmente seu valor no resultado do exercício.

Não foram atualizadas monetariamente por decisão do conselho de administração.

35.3. Contingências Cíveis – A cooperativa mantém provisão de R\$ 225,76 mil referente a ações judiciais, sendo R\$ 45,76 mil reconhecidos em 2012.

36. Outras Informações

36.1 Subvenção CDE – Desconto Tarifário

Valor a ser repassado pela ELETROBRAS, para compensar os descontos aplicados nas tarifas do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605 de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013. Os recursos são oriundos da CDE e homologados pela ANEEL em processo de reajuste anual das distribuidoras. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 1.546,69 (nulo em 2012).

36.2. Revisão Tarifária Extraordinária

Em julho de 2013 a CERBRANORTE passou por Revisão Tarifária Extraordinária, homologado através da Resolução Homologatória ANEEL nº 1.570 de 16 de julho de 2013. As tarifas da base econômica da CERBRANORTE, constantes do Anexo II da Resolução Homologatória nº 1.216, de 20 de setembro de 2011, ficaram, em média, reposicionadas em 18,56%, sendo 17,80% referente ao reposicionamento tarifário econômico e 0,76%, relativos aos componentes financeiros pertinentes. O processo de Revisão Tarifária Extraordinária foi necessário para que as mudanças trazidas para o setor elétrico, pela Medida Provisória Nº 579/2012, pudessem ser aplicadas as permissionárias.

36.3. Revisão Tarifária Periódica – Primeiro Ciclo

Em agosto de 2013 foi encerrado o primeiro ciclo de Revisão Tarifária Periódica da CERBRANORTE, após o processo ter sido postergado em doze meses, em função da demora na definição de uma metodologia de revisão tarifária aplicável às permissionárias. O resultado da revisão foi homologado através da Resolução Homologatória ANEEL nº 1.598 de 27 de agosto de 2013. As tarifas da base econômica da CERBRANORTE, constantes do Anexo II da Resolução Homologatória nº 1.216, de 20 de setembro de 2011, ficaram, em média, reposicionadas em 6,73%, sendo 4,42% referente ao reposicionamento tarifário econômico e 2,31%, relativos aos componentes financeiros pertinentes. As tarifas de aplicação, constantes do Anexo I, que contemplam o respectivo reposicionamento tarifário econômico e os componentes financeiros pertinentes, ficaram em vigor no período de 28 de setembro de 2012 a 27 de setembro de 2013.

36.4. Reajuste Tarifário

Em setembro de 2013 a CERBRANORTE passou também pelo processo de reajuste tarifário. O resultado foi homologado através da Resolução Homologatória ANEEL nº 1.627 de 24 de setembro de 2013. As tarifas da base econômica da CERBRANORTE, constantes do Anexo II, da Resolução Homologatória nº 1.570, de 16 de julho de 2013, ficaram em média, reposicionadas em 21,22%, sendo, 17,51% referentes ao reposicionamento tarifário econômico e 3,71% relativos aos componentes financeiros pertinentes.

36.5. Avais – Não existem avais concedidos em nome da cooperativa em favor de funcionários, diretores, associados ou terceiros.

36.6. Balanço Social – As informações de natureza social e ambiental, identificadas como balanço social, não fazem parte das demonstrações contábeis e, portanto, não foram auditadas.

36.7. ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão – A CERBRANORTE elaborou as presentes demonstrações contábeis em consonância com o que determina a legislação societária. Para fins de melhor apuração do resultado da atividade regulada e em atendimento a Resolução ANEEL n.º 396/2010, elaboramos também as

Demonstrações Contábeis Regulatórias as quais serão objeto de publicação específica e encaminhada à ANEEL juntamente com a Prestação Anual de Contas do exercício.

Braço do Norte (SC), 31 de dezembro de 2013.



Antonio José da Silva
Presidente



Jairo Dircksen
Contador
CRC/SC-027913/O-4

CNPJ: 86.433.042/0001-31
NIRE: 4240000032

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE BRAÇO DO NORTE – CERBRANORTE, aos 14 (quatorze) dias do mês de março do ano de 2014 (dois mil e quatorze). Reuniram-se na sede da Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte, sítio a Rua Jorge Lacerda, 1761 nesta cidade com inicio às 16:h00min, com o coordenador Sr. Vilmar André Fornazza cumprimentando os presentes e os convidou a iniciar os trabalhos de conclusão fiscalização para emissão do Parecer das demonstrações financeiras. Examinaram e apreciaram o seguinte: Balanço Patrimonial, demonstrativos sobre e perdas, relatórios estatísticos e demais contas relacionadas com o exercício 2013, compreendendo entre 1º(primeiro) de janeiro a 31 (trinta e um) de dezembro do referido ano bem como relatório anual do conselho de administração. Realizado exames detalhados das peças contábeis e demonstrativos resolvem emitir o seguinte parecer: “Em cumprimento ás determinações estatutárias” e ao mandato que nos foi conferido, declararamos que após exame dos documentos contábeis, conciliação bancária caixa e demais informações, como balanço patrimonial, contas de sobre e perdas, contabilidade e ainda baseado nas reuniões regulamentares efetuadas até a presente data nas quais tomamos conhecimento dos atos praticados, Em vista da realização da assembleia geral ordinária, emitimos parecer favorável no sentido de que as informações e demonstrativos sejam aprovados pelos associados. Também verificamos o edital de convocação da assembleia geral marcada para o dia 27 (vinte e sete) de março do corrente ano que está sendo divulgada dentro do prazo previsto pelo estatuto social, Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a reunião, Esta ata após lida se aprovada é assinada por mim secretario pelo coordenador e membro. Esta ata é produzida por meio eletrônico conforme determinada no estatuto social.

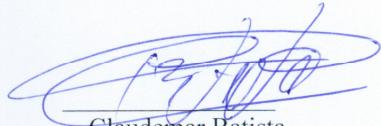
Braço do Norte, 14 de março de 2014.



Vilmar André Fornazza
Coordenador



Celso Bloemer
Secretario



Claudemar Batista
Membro Efetivo



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Cooperados e Administradores da
Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte - Cerbranorte
Braço do Norte - SC

Examinamos as demonstrações contábeis da **Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte – Cerbranorte** (Sociedade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes:

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria, que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as Demonstrações Contábeis:

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte - Cerbranorte** em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 5, em 30 de novembro de 2013 a Sociedade procedeu ao desmembramento de parte de seus ativos e patrimônio líquido, no montante de R\$ 17.383 mil, constituindo nova sociedade cooperativa denominada Cooperativa de Geração de Energia Elétrica e Desenvolvimento de Braço do Norte - CERBRANORTE – GD, segregando assim, as atividades de distribuição de energia elétrica, das atividades de geração de energia elétrica, de forma a atender ao previsto na legislação vigente. Nossa opinião não foi modificada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para Companhias Abertas e como informação suplementar pelas IFRS, as quais não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditória dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados. Nossa relatório, datado de 22 de fevereiro de 2013, foi emitido contendo as seguintes ênfases: a) estorno da Reavaliação, constituída em exercícios anteriores, registrada no Ativo Imobilizado e no Patrimônio Líquido (Reserva de Reavaliação), cujos efeitos, foram refletidos diretamente no Ativo Imobilizado e no Patrimônio Líquido da Sociedade no exercício de 2012; e b) convocação de assembleia geral extraordinária para o dia 14 de março de 2013, para tratar do desmembramento da Sociedade para constituição de uma nova Sociedade, visando segregar as atividades de distribuição e geração de energia elétrica, em atendimento a legislação vigente.

Maringá - PR, 28 de fevereiro de 2014

BEZ & Associados Auditores Independentes S/S
CRC PR 5.010/O-2 S SC



Valdemir Bez
Contador
CRC PR 037.262/O-2 S SC